

ALVES, Ieda Maria. Marcas do discurso de divulgação na linguagem...

_____. (1984) Vulgarisation scientifique: formulation, reformulation, traduction. *Langue Française*, 64. 109-24.

MORTUREUX, Marie-Françoise (1982) Paraphrase et métalangage dans le dialogue de vulgarisation. *Langue Française*, 53. p. 48-61.

REY-DEBOVE, Josette (1978) *Le métalangage*. Paris, Le Robert.

ROUSSEAU, Louis-Jean (1995) Principes méthodologiques du travail terminologique au sein du Réseau de terminologie Realiter. *Terminologies Nouvelles*, 14. p. 82-4.

O discurso oral culto.

PRESERVAÇÃO DA FACE E MANIFESTAÇÃO DE OPINIÕES: UM CASO DE JOGO DUPLO

Paulo de Tarso Galembeck

Introdução

Nos diálogos e nas demais formas de interação face-a-face (entrevistas, aulas, palestras), o falante acha-se em posição vulnerável, já que expõe publicamente sua auto-imagem (**face**). Dessa forma, ele corre o risco de exibir o que deseja ver resguardado e deixar de colocar em evidência o que tem a intenção de mostrar. Por esse motivo, o falante adota procedimentos que lhe permitem controlar a construção dessa auto-imagem.

Esse trabalho discute os mecanismos de preservação da face em fragmentos opinativos ou judicativos extraídos de inquéritos representativos da fala culta de São Paulo. Trata-se dos **diálogos entre dois informantes** – D2 nº 062, 333, 343 e 360, publicados em Castilho e Preti (1987)¹.

¹ Um dos exemplos citados foi extraído do Inq. 255 (Projeto NURC/SP); esse exemplo foi extraído de Rosa (1992).

1. O conceito de face

O conceito de *face* foi inicialmente estabelecido por Goffman (1970), a partir do quadro geral de interação face-a-face, no qual são realizados os textos falados. Segundo o citado A., o fato de alguém entrar em contato com outros constitui uma ruptura de um equilíbrio social pré-existente e, assim, representa uma ameaça virtual à auto-imagem pública construída pelos participantes do ato conversacional. Goffman denomina *face* a expressão social do eu individual; o mesmo A. designa por **processos de representação (face-work)** os procedimentos destinados a neutralizar as ameaças (reais ou potenciais) à face dos interlocutores ou a restaurar a face dos mesmos.

As idéias de Goffman foram complementadas e aprofundadas por Brown e Levinson (1978), que estabeleceram a distinção entre **face positiva** (aquilo que o interlocutor exhibe para obter aprovação ou reconhecimento) e **face negativa** ("território" que o interlocutor deseja preservar ou ver preservado).

As circunstâncias particulares em que se desenvolvem os diálogos fazem com que neles a preservação da face seja uma necessidade constante. Como não há previsibilidade quanto às ações a serem desenvolvidas pelo(s) outro(s) interlocutor(es), o falante adota mecanismos que assegurem o resguardo do que não deseja ver exibido e coloquem em evidência aquilo que desejam ver exibido. A necessidade de preservação da face torna-se particularmente relevante em determinadas situações, nas quais o falante se expõe de forma direta: pedidos, atendimento de pedidos ou recusa em fazê-lo, perguntas diretas e indiretas, respostas, manifestação de opiniões. Cabe acrescentar que a preservação da face deve ser necessariamente considerada em relação ao quadro geral da interação, e não como uma atitude isolada do falante. É o que se verifica no exemplo a seguir: o falante formula uma pergunta que diz respeito à vida profissional do seu interlocutor. Essa pergunta representa, implicitamente, uma "invasão do território" do interlocutor, por isso o locutor procura mitigar os efeitos dessa invasão pelo emprego de um procedimento de atenuação, o emprego do futuro do pretérito:

O discurso oral culto.

(Ex. 01) L2 eu: eu lhe **perguntaria** aí dentro desse problema [o horário de trabalho de L1]... você não... possui uma... um controle... digamos assim... em cima de você você deve produzir tanto num dia... ou... existe isso ou digamos um dia de chuva está um dia horrível para trabalhar um dia que você está indisposto você poderia pegar voltar para sua casa entrar num cinema distrair um pouco entende?... que (que você) você poderia fazer isso? (NURC/SP, 062, l. 251-258)

No caso da manifestação de opiniões, verifica-se uma dupla atitude por parte dos locutores: por vezes eles se distanciam dos conceitos emitidos (como forma de evidenciar que esses conceitos não são integralmente assumidos), mas, em outras situações, os locutores mostram que assumem – ainda que parcialmente – os juízos expostos. Essa duplicidade de atitudes corresponde a uma das atitudes mais evidentes do texto conversacional: dada a dinâmica desse tipo de texto, e o fato de ele constituir necessariamente um trabalho cooperativo, o falante envolve-se diretamente na sua construção, mas, em certos momentos, sente a necessidade de mostrar um prudente afastamento.

A seqüência do trabalho apresenta os procedimentos lingüísticos que ilustram essa duplicidade de atitudes.

2. Procedimentos para marcar o distanciamento do locutor

Nos textos conversacionais, o emprego dos procedimentos em questão se torna particularmente relevante, pois os interlocutores sabem que a manifestação direta de opiniões pode torná-los vulneráveis a críticas e opiniões contrárias. É importante, por isso, promover o apagamento das marcas da enunciação (ROSA, 1992: 40), o que é obtido com o uso de certos recursos gramaticais utilizados para a expressão da impersonalidade (é possível que, parece que, é provável) e da indeterminação

do sujeito (**dizem, falam, diz-se**), e, também, com o emprego dos marcadores de rejeição (**não sei, se não me engano**).

2.1 Recursos para indicar a impessoalidade ou a indeterminação do sujeito

Vejam-se exemplos dos processos de indeterminação do sujeito:

(Ex. 02) (L1 e L2 estão a discorrer acerca das respectivas rotinas diárias de trabalho.)

L1 **dizem** né? — você vê — dentro da profissão do vendedor... a coisa mais difícil é você manter realmente o indivíduo... éh Oito horas em contato direto com os clientes... uma coisa realmente difícil...

(NURC/SP, 062, l. 231-234)

(Ex. 03) (L1 trata da atuação profissional do marido, procurador do Estado e professor de Direito.)

L1 e:: ele leciona nas FMU

L2 ahn ahn

L1 ele::... é especialista em Direito Administrativo...

L2 ahn ahn

L1 certo?

[

L2 ()

L1 e::: e deu-se muito bem no magistério ... ele se realiza sabe? fica feliz da vida.. em poder transmitir... o que ele sabe... e os processos também... que ele... recebe ou... e eu não eu sou leiga eu não entendo... mas... pelo que a gente... ouve falar são muito bem estudados... tem pareceres muito bem dados... não é? ele se dedica

MUItíssimo a... tanto à... carreira de procurador como de professor (tá?)...

(NURC/SP, 360, l. 1175-1189).

Os assuntos dos exemplos anteriores são polêmicos (o horário de trabalho do vendedor e a defesa da classe dos procuradores), por isso os locutores empregam certas expressões que denotam resguardo ou afastamento em relação aos conceitos emitidos: **dizem, pelo que a gente ouve falar**. São recursos de indeterminação do sujeito, pelos quais se efetua o deslocamento do campo meramente pessoal, individual, para o âmbito do senso comum.

Em exemplos semelhantes aos anteriores, verifica-se, no nível do enunciado, uma distinção entre as figuras do locutor (o sujeito falante, que produz os enunciados) e do enunciador (aquele que manifesta a opinião, que organiza o ponto de vista e as atitudes) (Ducrot (1978: 192 e ss). Os locutores sinalizam, de modo explícito, que as opiniões omitidas não são suas e que não há propriamente um responsável por elas, já que o enunciador representa o senso comum, quer dizer, uma pluralidade de vozes indistintas. O emprego dos procedimentos de indeterminação do sujeito constitui, por isso mesmo, um recurso que assinala um afastamento acentuado do falante em relação às idéias emitidas. Já o uso dos procedimentos de impessoalidade (**parece que, é possível, é provável, é bom**) marca o afastamento em grau menor, já que neles está implícita a idéia de apreciação e julgamento.

(Ex. 04) L1 bom nós estávamos só só retomando::... você estava falando sobre... sobre o problema do

Doc.(o ensino)

L2 ah sobre o problema da:: dos métodos de ensino atualmente entende?

L1 uhn uhn

L2 **parece que** () está havendo agora uma maior participação do aluno entende? está havendo aquele... de fato o trabalho em grupo

porque::... é o que eu noto principalmente:: quando eu vejo aí... eu dou uma passada aí na faculdade aí eu converso com a... nossa colega aí que... que faz o curso de História... ela me diz... os professores jogam os temas então... eles têm cinco horas de aula sobre determinado tema então é preparar o tema é discutir o tema levantar os problemas (...)

(NURC/SP, 062, l. 420-434)

(Ex. 05) (L1 e L2 discutem a reação dos lemingues que, quando a população aumenta, praticam o suicídio coletivo, jogando-se no mar).

L1 (...) seria interessante se alguém fizesse experiências diferentes com os lemingues para ver se... não tem mar o que faria:: ... sei lá alguma:: mudan::ça de de de esquema ... como reagiria.

(NURC/SP, 343, l. 1627-1630)

As expressões sublinhadas (**parece que, seria interessante**) indicam a divisão entre os planos do locutor e do enunciador. Essa divisão, porém, não é tão acentuada como no caso do sujeito indeterminado, já que – como se viu – nelas está latente a idéia de julgamento ou apreciação. Em outros termos, o falante sinaliza que assume, ainda que parcialmente, as idéias expostas.

2.2 Marcadores de rejeição

Os marcadores de rejeição apresentam uma antecipação do locutor, com a finalidade de limitar ou neutralizar possíveis reações desfavoráveis ou interpretações contrárias ou prejudiciais por parte do interlocutor.

Os marcadores de rejeição encontrados no **corpus** correspondente às frases fixas (**que eu saiba, não sei se...**, **se não estou enganado** e outras semelhantes), as quais geralmente funcionam como prefaciadores de unidades discursivas:

(Ex: 06) L2 esse negócio de lei de zoneamento não está funcionando?

L1 não **que eu saiba não::**... não é tão... não é tão... tão forte essa lei não não consegue... moldar a cidade

(NURC/SP, 343, l. 82-84)

(Ex: 07) L1 **sinceramente::** ... não consegui... **não consegui entender...** fui sentei com a maior boa vontade para poder entender participar [da peça "Rico amor selvagem"] ... mas não consegui ... pelo contrário acho que aquele dia fui até meio agredido lá (sabe) (...)

(NURC/SP, 062, l. 1369-1372)

(Ex: 08) L2 (...) as máquinas que:: não têm barulho ... elas são mais mágicas de uma certa forma do que ... assim começo de de:: revolução industrial né? aquelas máquinas barulhentas e tal e mesmo atualmente ... o:: barulho de trânsito a polui/ a poluição ... auditiva ... acho que tem uma função de tranquilizar ... **eu não sei se a analogia está certa** mas outro dia eu pensei né? (que você) o silêncio na ... na selva ... é sinal de perigo né? a hora que ... pára tudo qualquer barulho de passarinho e tal é que está havendo algum perigo por perto ... se você pensar assim numa hora em que você não ouça mais barulho na cidade ... acho que tem a mesma equivalência

(NURC/SP, 343, l. 789-800)

Os três exemplos anteriores tratam de temas que podem suscitar polêmicas (a lei do zoneamento urbano de São Paulo; a controversa peça "Rico amor selvagem"; a analogia entre a selva e a sociedade industrial), por isso os falantes adotam uma atitude defensiva, para prevenir-se de reações desfavoráveis do seu interlocutor. Essa atitude defensiva é assinalada pelo emprego dos marcadores assinalados.

Os marcadores de rejeição exercem um papel relevante no desenvolvimento da interação, à medida que resguardam o falante de possíveis objeções ou críticas por parte dos demais interlocutores. Nesse caso, não

se verifica a polifonia (com a cisão entre os planos do locutor ou do enunciador), mas há a indicação explícita de que os falantes não assumem os conceitos emitidos.

2.3 Emprego associado dos procedimentos de impessoalidade ou indeterminação e dos marcadores de rejeição

- (Ex. 09) (L1 e L2 discutem o ingresso na carreira de procurador do Estado)
- L2 porque **diSSERam não sei se é mesmo** ... que enquanto existe um projeto nosso... e:: provavelmente ele deve ter falado com você
- L1 enquanto houver concursados::
- L2 não
- L1 vão sendo chamados
(NURC/SP, 360, l. 513-518)
- (Ex. 10) (L1 e L2 discutem a existência de cursos paralelos aos de Economia e Administração.)
- L1 **eu não sei eu ouvi parece que** o:: eh:: curso Objetivo né? está lançando um um... curso de::
- L2 existe uma Faculdade Interamericana aí que lançou... dois ou três anos... seriam...cursos vagos... entende né? (...)
(NURC/SP, 062, l. 372-376)

Nos dois exemplos citados, a atitude de afastamento do locutor (indicada pelas expressões **disseram e parece que**) é reforçada pelos marcadores de rejeição **não sei se é mesmo e não sei eu ouvi**. Essas expressões manifestam dúvida ou incerteza e, ao utilizá-las, o locutor reitera que não assume o que vai ser dito.

Esse mesmo efeito é obtido com o emprego conjunto do futuro do pretérito e de marcadores de indeterminação (**dizem que**):

- (Ex:11) (L1 trata do clima da cidade de São Paulo)
- L1 (...) havia assim uma área de vegetação muito grande aqui nas redondezas de São Paulo... então isso:: realmente:: cooperava assim para aquele:: famoso sereno né? ... São Paulo da garoa São Paulo é terra boa...
- L2 São Paulo da garoa
- [
- L1 mas éh você vê o fato né?... realmente foram acabando com essas reservas aí... vegetais
- [
- L2 mas é o progresso né?
- L1 é **seria** o progresso que está chegando? **dizem que** é o progresso... **dizem né? sei lá**
(NURC/SP, 062, l. 63-71)

3. Procedimentos que marcam o envolvimento do locutor

São discutidos, neste item, os procedimentos que assinalam que o locutor incorpora os conceitos emitidos, ou seja, que ele assume (ainda que parcialmente) as próprias opiniões: os marcadores de opinião, a alusão a terceiros (polifonia), os "hedges" e as paráfrases. Em textos conversacionais, o emprego desses elementos é mais freqüente que os marcadores de afastamento, fato que se explica pela necessidade de cada interlocutor marcar a própria presença (auto-envolvimento) nas situações de interação face-a-face.

3.1 Marcadores de opinião

Os marcadores de opinião são representados por duas classes de elementos gramaticais: os verbos de opinião, geralmente utilizados na primeira pessoa do singular (**acho, creio, suponho, vejo, noto** e similares) e certas expressões adverbiais (**na minha opinião, no que me diz respeito** e similares). Cada uma dessas classes será considerada separadamente.

O emprego de verbos que prefaciam ou introduzem a opinião do falante representa uma indicação de que ele assume integralmente a própria opinião. É o que se verifica nos exemplos a seguir:

(Ex.12) (L1 e L2 tratam da lei do zoneamento urbano de São Paulo e falam que, devido à especulação imobiliária, ela está sendo desrespeitada.)

L1 (tem isso) porque envolve interesses econômicos muito FORtes muito grandes... que dobram essa lei ... certo? dum... dum... dum governo para o outro... muda a lei de zoneamento... eu não vejo funcionar... e mesmo assim seria uma restrição de... desenvolvimento... errado mas já está um montão de coisa errada certo?... muito bairro:... residencial com muita indústria dentro... principalmente bairro pobre né? ... para consertar isso:: não dá... a lei teria que ser... éht:: retroativa sei lá atuar sobre o que já existe

L2 uhn uhn...

L1 (Né? então) eu Acho que ela não está conseguindo nem atuar sobre o que vai existir... em termos ela vai existir... em termos ela existe

[

L2 EH::

L1 ela está lá mas:: não funciona... porque

[

L2 eu vejo

O discurso oral culto.

L1 acho que a economia é mais forte do que a lei... ainda...

L2 é meio incontrolável né? e acho que::... acho que esse negócio se repete ou acaba se repetindo em qualquer cidade que... atinge um certo tamanho (...)

(NURC/SP, 343, l. 87-106)

(Ex.13) (L1 e L2 tratam das falhas de pronúncia de certos locutores e artistas do rádio e da televisão.)

L2 e... mas eu noto que agora... sobretudo na nossa família que nós temos muita preocupação... da da linguagem simples e da linguagem::... correta

[

L1 exata

L2 é... exata... nós ficamos um pouco chocados com o esse e o erre exagerados dos cariocas (...) que são mesmo um preciosismo inútil né?

(NURC/SP, 333, l. 51-56)

Nos exemplos anteriores, os informantes tratam de temas polêmicos (a lei do zoneamento; a pronúncia tida por correta), e empregam verbos de valor epistêmico (**vejo, acho, noto**) para mostrar que assumem os conceitos emitidos, a respeito dos quais manifestam certeza e convicção. Há casos, porém, que esses mesmos verbos vêm acompanhados de certas expressões que denotam incerteza ou imprecisão:

(Ex.14) (As duas informantes tratam da escolha profissional)

L2 a minha [vocação] eu acho... eu não tenho certeza para julgar mas eu acho que foi incutida... meu pai foi o um::... era militar:: mas a vocação dele era ter sido... advogado... ele vivia dizendo isso (...) porque de jeito nenhum ele falou "você vai fazer isso"... mas eu acho que ele falava tanto tanto tanto e eu o admirava muito... eu tenho a impressão que foi... por causa disto embora a mi-

na meta fosse Itamarati (...)

(NURC/SP, 360, l. 1513-1520)

(Ex. 15) (Os informantes discutem as conseqüências da especialização profissional.)

L2 o teu conhecimento especializado não dá para ... só atinge uma área muito limitada e não dá... **ah eu não sei... acho que:: eu... sabe... aí eu acho que o...** não mudou muita coisa... se você pensar... assim numa época em que... por exemplo... o trabalho era bem artesanal... então você tinha o sapateiro... o:: ((tosse)) (cocheiro) não sei quê não sei quê né? ... **acho que a especialização veio com...** coma diferenciação humana (...)

(NURC/SP, 343, l. 933-942)

No ex. 14, o informante manifesta falta de certeza ou convicção, mediante o emprego da expressão **eu não tenho certeza para julgar**; já no ex. 15, o efeito de dúvida ou incerteza é obtido com o emprego da expressão **eu não sei** e dos sinais que indicam hesitação ou planejamento verbal: **sabe**, pausas (indicadas pelas reticências), alongamentos (**que::**).

O mesmo efeito de dúvida ou falta de convicção é obtido com a posposição da expressão de valor epistêmico, ou seja, nos casos que essa expressão não está colocada na testa do enunciado:

(Ex. 16) (O assunto do fragmento é o intercâmbio de programas de rádio e televisão com outros países latino-americanos.)

L1 então ((pigareou)) **Gabriela eu acho ()** também... parece que já está sendo negociada... como foi **O Bem Amado...** eh isso eu **acho** muito bom

(NURC/SP, 333, l. 513-516)

(Ex. 17) Doc. você falou em:: carreira... boa para a mulher né?

L2 ahn ahn

Doc.: que tipo da carreira... fora essa... seriam digamos conveniente...

O discurso oral culto.

L2 olha ah o ti/ o tí/ ah especificamente o tipo de carreira ah eu **acho** que isso seria qual/ qualquer uma () quer dizer:: o o :: lado... de ciências mais human/ ah de o lado humano o ou de::... ciências exatas (...)

(NURC/SP, 360, l. 646-653)

Nos exemplos 16 e 17, as expressões **eu acho** e **acho que não se** situam na margem esquerda da unidade discursiva² – posição mais freqüente –, mas no núcleo das unidades, já que os termos **Gabriela** e o **tipo de carreira** estão deslocados para o início do enunciado. A posposição dos verbos epistêmicos é também um sinal de dúvida ou falta de convicção, ou melhor, com ela o locutor deixa claro que se trata de uma opinião marcadamente pessoal, mas que não assume inteira responsabilidade a respeito dessa opinião.

Além dos verbos de valor epistêmico, a opinião pode ser indicada por certas locuções adverbiais que assinalam, genericamente, que se trata de uma opinião marcadamente pessoal (**pessoalmente, para mim, eu por mim, na minha opinião, naquilo que me diz respeito**). Veja-se o exemplo a seguir, citado por Rosa (1992: 47)

(Ex. 18) Doc. (...) então nós gostaríamos que o professor C falasse sobre o problema do correio...

L1 bom... ahn... é eu::... não sei até que ponto posso responder **em termos pessoais** ou posso analisar assim... como uma problemática... ahn nacional... **naquilo que me diz respeito...** eu não tenho GRANdes queixas a fazer... ao correio...

(NURC/SP, 255, l. 767-773)

² CASTILHO (1989) define unidade discursiva como "um segmento do texto caracterizado semanticamente por preservar a propriedade de coerência temática da unidade maior, atendo-se como arranjo temático secundário ao processo informativo de um subtema, e formalmente por se compor de um núcleo e de duas margens, sendo facultativa a figuração destas".

O mesmo se verifica no exemplo a seguir:

- (Ex.19) (L1 e L2 conversam a respeito da felicidade do homem e de sua adaptação à sociedade.)
- L1 então você tem que abstrair desse aspecto [os problemas individuais de cada pessoa] porque você pode ter ambos os casos... você tem que pegar na média esquecendo esse aspecto particular
- L2 é mas aí: é o tal negócio eu não me preocupo muito com a média... pra mim interessa: o: indivíduo né?... salvação individual (NURC/SP, 343, l. 565-570)

3.2 Marcadores "hedges"

O conceito de "hedge" tem sido formulado de forma diferenciada pelos diversos autores consultados. Neste trabalho, adota-se a definição proposta por Brown e Levinson (1978), segundo os quais "hedges" são os marcadores que, de qualquer forma, modificam o valor ilocutório de um enunciado. Entre seus marcadores, interessam, como marcas de opinião, sobretudo os que atuam como atenuadores, modificando a força assertiva dos enunciados, como os "hedges" que sinalizam atividades de planejamento verbal (*assim, quer dizer, digamos, vamos dizer*) e os que exprimem incerteza (Rosa, 1992: 48 e ss).

3.2.1 "Hedges" de planejamento verbal

O emprego desses marcadores provoca, no ouvinte, um efeito de dúvida ou imprecisão:

- (Ex.20) (As informantes tratam da escolha da Dr^a Ana Cândida da Cunha Ferraz para o cargo de procurador-chefe do Estado.)
- L2 é eu soube (...) que [essa indicação] também provocou uns certos ciúmes ahn ahn ahn isso eu soube não eu vi... lá eu senti... um certo ciúmes ter: ter sido escolhido uma mulher

O discurso oral culto.

- L1 é: isso é demais (lá)
[
L2 isso realmente provocou é ciúmes entre os homens éh: quer dizer eles acharam assim no começo:... ainda mais porque ela não é... ela não entrou na carreira por concurso (...)
(NURC/SP, 360, l. 777-786)

- (Ex. 21) L1 (...) MESMO o pequeno empresário já Pode... não diria em termos de um computador grande mas ele pode ter um minicomputador... mas tudo vai em virtude da da necessidade que ele vai sentir...
- L2 e: haveria necessidade... dentro digamos desse na manu/ na:... no funcionamento desse minicomputador... um elemento técnico ou pe/ precisaria ser um engenheiro?
(NURC/SP, 062, l. 1071-1079)

Esses marcadores ocupam, geralmente, uma posição parentética nas unidades discursivas.

3.2.2 "Hedges" que denotam incerteza

Trata-se das expressões *talvez, quem sabe, sei lá, não sei* e semelhantes, as quais diminuem a força ilocutória dos enunciados opinativos e, assim, fazem com que o locutor não se veja tão comprometido com os juízos emitidos:

- (Ex.22) (A informante estabelece uma analogia entre a cidade e os seres humanos.)
- L1 (...) eu faço analogia como indivíduo... e:... o:... o elemento que forma cidade os vários seres humanos com :: sei lá parte do corpo do indivíduo né? (...)
(NURC/SP, 343, l. 196-199)

- (Ex.23) (O assunto do fragmento são os transportes.)
L1 (...) nós temos uma linha... coitadinha não sei se dá para chamar ela de metrô...
(NURC/SP, 343, l. 399-400)
- (Ex.24) (O informante trata dos ajustes e desajustes do ser humano na sociedade moderna.)
L2 você pode inclusive dizer que o nível geral de... sei lá de ansiedade das pessoas vai aumentar... eu acho provável isso (...) ou talvez não porque... as... as pessoas estão procurando coisas novas né? (...)
(NURC/SP, 343, l. 1189-1195)

Da mesma forma que os "hedges" de planejamento verbal, os "hedges" de incerteza ou imprecisão ocupam uma posição parentética nos enunciados.

Os marcadores "hedges" de ambos os tipos funcionam como elementos de atenuação do valor ilocutório dos enunciados, pois provocam no ouvinte um efeito de dúvida, imprecisão ou incerteza e, assim diminuem a "responsabilidade" do locutor com relação aos conceitos emitidos. Por isso mesmo, esses marcadores cumprem um papel análogo ao que é exercido pelos marcadores de rejeição, e previnem eventuais reações desfavoráveis, preservando, assim, a face do falante.

3.3 Alusão a terceiros

A alusão a terceiros constitui um caso de polifonia, pois o uso desse procedimento implica uma divisão entre os papéis de locutor e de enunciador. No entanto, a alusão a terceiros diverge do outro caso de polifonia considerado neste trabalho (os procedimentos de indeterminação do sujeito), já que os informantes utilizam-na para conferir às suas

palavras maior fidedignidade ou valor de verdade. Isso significa que o falante incorpora as palavras das pessoas que cita e as emprega para obter crédito ou aprovação. Vejam-se alguns exemplos:

- (Ex.25) (As informantes discutem a preservação de traços da linguagem arcaica na linguagem atual.)
L2 o emprego do vós
L1 é...
L2 também aliás que até algum... até o:: acho que o fim do século passado... éh mamãe sempre como:: contava que elas tinham umas amigas que eram sempre carinhosas eram uma velhinhas muito simpáticas então eles se vi/ iam visitá-las ... e almoçavam com elas e diziam "comei" batatinha"...
L1 comei? ((riu))
[
L2 "comei batatinha" quer dizer ofereciam as coisas assim... nessa nessa... nessa linguagem usavam ainda normalmente essa linguagem isso não é... começo do século não é?
(NURC/SP, 333, l. 260-272)
- (Ex.26) (As informantes discutem alguns problemas da cidade de São Paulo.)
L2 éh São Paulo acho assim uma vez o Franck sabe aquele que... que é arquiteto?
L1 uhn
L2 ele estava falando que a topografia da cidade é muito bonita... e eu inclusive gosto né? cheio de... montes e:: né? colinas tal mas que é muito mal aproveitado (...)
(NURC/SP, 343, l. 65-70)

Nos dois exemplos anteriores, a busca de fidedignidade é verificada não só pela alusão a outras pessoas (a mãe da informante, o arquiteto Franck), mas também porque os locutores fornecem dados que permi-

tem contextualizar as informações veiculadas. Assim, no ex. 25, a informante relata que a expressão "comei batatinha" era proferida em um almoço oferecido por "duas velhinhas muito simpáticas"; no ex. 26, menciona-se a profissão da pessoa citada, como forma de enfatizar que se trata de um conceito digno de crédito.

Deve-se ressaltar que nem sempre a alusão a palavras de terceiros constitui sinal de busca de crédito ou de aprovação. No exemplo a seguir, o próprio locutor coloca em dúvida as palavras da pessoa a que ele se refere:

(Ex: 27) L2 você vê o:: o:: o Altair Lima ele e... arriscou está certo... ele arriscou ele... pôs tudo:: segundo declarações dele não sei se não demagógicas ou não ele pôs... tudo que ele tinha na montagem da peça Hair (...)

(NURC/SP, 062, l. 1290-1293)

O locutor alude a Altair Lima, pessoa bastante conhecida no meio teatral, mas emprega a expressão "segundo declarações dele não sei se são demagógicas ou não" como forma de ressaltar que não atribui valor de verdade pleno pelas informações veiculadas.

No exemplo a seguir, o locutor alude ao "homem do tempo", mas indica que não confia nas informações que ele transmite:

(Ex: 28) L2 você vê o homem do tempo... você ouve aí o homem do tempo... pá pá... fala isso aquilo... não deu nada daquilo ele chega à noite... "frente fria (constratou)" não sei o que e deu ((ruído)) bateu voltou não vem nada daquilo

(NURC/SP, 062, l. 92-96)

Nos dois últimos exemplos, os informantes manifestam falta de confiança ou de certeza nas palavras das pessoas às quais se referem. Isso significa que os exs. 25 e 26 podem ser apostos aos exs. 27 e 28: nos dois primeiros o locutor concorda com as palavras da pessoa a que alude e, assim, incorpora-as em benefício da própria argumentação. Já nos exs.

25 e 26, esse fato não se verifica, pois os informantes ressaltam ou contestam as pessoas às quais aludem. Seria o caso de colocar os exemplos 27 e 28 entre os casos de distanciamento do locutor? Não, com certeza, pois o informante não concorda com as palavras da pessoa que cita, mas, ainda assim, utiliza-as para reforçar ou reiterar suas próprias idéias. Em outros termos, não se verifica nesses exemplos o afastamento encontrado nas ocorrências de indeterminação ou impessoalidade.

3.4 Paráfrases

Hilgert (1993: 112 e ss) menciona dois processos ou atividades de reformulação textual: a paráfrase e a correção, ambos caracterizados por apresentar um enunciado de origem e um enunciado reformulador. A diferença entre ambos decorre da relação entre esses enunciados: na paráfrase há uma relação de equivalência semântica entre eles, ao passo que na correção verifica-se o contraste semântico entre esses enunciados.

Como na paráfrase ocorre uma relação de equivalência semântica (total ou parcial) entre dois enunciados, ela é empregada para reiterar ou reforçar os pontos de vista ou conceitos expostos. É o que pode ser verificado nos exemplos a seguir:

(Ex.29) (L2 discorre acerca da escolha da escola para o filho.)

L21 (...) ele não eu pus em uma escola ele não gostou daquela... aí eu achei que realmente a escola não preenchia tudo... que eu gostaria (que) preenchesse então eu tirei... aí eu procurei bastante escolhe/ foi escolhida a que eles estão... como sendo na opinião de muita gente uma das melhores et cetera et cetera... tudo que tinha... peguei todos os requisitos... fiz ((risos))... estudei bem fiz um estudo certinho para ver qual era a melhor e foi determinado... foi visto que aquela era a melhor... então foi posto quer dizer não foi uma escolha...

L1 sem::

L2 assim sem base

L1 ()

L2 foi bem pensada bem escolhida (...)

(NURC/SP, 360, l. 389-403)

Em um trecho não reproduzido no exemplo anterior, a informante L2 diz que o filho não gosta de acordar cedo, e L1 pergunta se não seria útil mudá-lo de período escolar. L2 então cita as razões que a levaram a optar por aquela escola e conclui sua exposição com a paráfrase "quer dizer não foi uma escolha... assim sem base foi bem pensada bem escolhida". Essa paráfrase tem valor resumitivo e, por meio dela, a informante reforça o seu papel de mãe, a sua responsabilidade para com o filho. Em outros termos, a informante L2 previne-se de outras objeções e, assim, preserva a própria face.

(Ex.30) (As informantes discorrem acerca da pronúncia das artistas.)

L1 (...) agora os ou/ o Juca de Oliveira ele fala feito um caipira do interior do Estado... você reparou? é uma pronúncia absolutamente caipira...

L2 mas () ele carrega

L1 do interior do Estado

L2 mas é vo/ voluntária né?

L1 não... não é voluntária não... é difícil você repara... como é difícil... para o Juca [de Oliveira] interpretar determinados papéis... se bem que os produtores já viram já perceberam então ele ele está sempre adequado ao papel de homem... ele faz muito na televisão um homem rural... então está bem... mas ele tem uma pronúncia bem acaipirada... do interior do Estado de São Paulo... então não é uma questão de de formação da Escola de Arte Dramática onde as pronúncias já estão ... "jogos já estão feitos" como se diz... isso seria de curso primário (...)

(NURC/SP, 333, l. 160-176)

No exemplo anterior a informante diz que, por causa da pronúncia "caipira", é difícil para Juca de Oliveira interpretar determinados papéis, mas logo faz a ressalva "se bem que... papel de homem". Essa ressalva é reforçada pela paráfrase "ele faz muito na televisão um homem rural... então está bem" e, com ela, a informante reitera que não nega o valor artístico de Juca de Oliveira e, assim, resguarda-se de possíveis objeções.

De modo geral, as paráfrases que têm interesse como procedimentos de preservação da face são realizadas pelo mesmo interlocutor que produziu o enunciado de origem (auto-paráfrases) e vêm imediatamente após esse enunciado (paráfrases adjacentes).

Comentários conclusivos

Foi visto, no decorrer da exposição, que os falantes assumem atitudes diversas para a preservação da face. Por vezes, eles procuram tomar uma atitude de defesa e resguardo, procurando evidenciar que as opiniões não são suas ou, então, que eles não assumem os conceitos emitidos. Em outros casos, verifica-se uma atitude oposta: os falantes evidenciam que incorporam – ainda que com ressalvas – os conceitos e opiniões. Essa duplicidade de atitudes (distanciamento x envolvimento) é característica do texto conversacional e só pode ser explicada porque nessa modalidade de texto não há previsibilidade quanto às ações e reações do outro interlocutor.

Além disso, verifica-se que os procedimentos de preservação da face são de natureza variada: elementos gramaticais (processos de indeterminação do sujeito e de indicação de impessoalidade; verbos de opinião), elementos próprios da língua falada ("hedges", marcadores de rejeição), elementos de reformulação textual (paráfrase). Apesar disso, esses elementos têm o mesmo papel, qual seja, atuar como marcas que assinalam os diferentes modos de participação dos interlocutores na construção do diálogo. Por isso mesmo, o papel desses elementos decorre do quadro geral da interação e só dentro dele pode ser compreendido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROWN, P. e LEVINSON, S.C. (1978) *Politeness: some universals in language use*. 2. ed. Cambridge, Cambridge U. Press.
- CASTILHO, A.T. (1989) Para o estudo das unidades discursivas no português falado. In: (org.) *Português falado culto no Brasil*. Campinas, Ed. da UNICAMP.
- _____. e PRETI, D. (1987) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para o seu estudo*. V. II – diálogos entre dois informantes. São Paulo, T.A. Queiroz, FAPESP.
- DUCROT, O. (1984) Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. *O dizer e o dito*. Rev.téc. da trad. de E.Guimarães. Campinas, Pontes Editores.
- GOFFMAN, E. (1970) *Ritual de la interacción*. Buenos Aires, Tiempo Contemporaneo.
- HILGERT, J.G. (1993) Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, D. (org.) *Análise de textos orais*. São Paulo, FFLCHUSP.
- ROSA, M.M. (1992) *Marcadores de atenuação*. São Paulo, Contexto. (série "re pensando a língua portuguesa").